

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**ANEXO X – FUNCIONAMENTO DAS CONTAS ATRELADAS À CONCESSÃO PATROCINADA**

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

## **1. OBJETIVO DO PRESENTE ANEXO**

- 1.1. O presente ANEXO estabelece as regras de funcionamento da CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM, da CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO e da CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS, em complemento à disciplina do CONTRATO.
- 1.2. Para os fins deste ANEXO, quando referidas em conjunto, a CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM, a CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO e a CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS serão denominadas como CONTAS DA CONCESSÃO.
- 1.3. Os termos definidos utilizados neste ANEXO terão o mesmo significado a eles atribuídos no CONTRATO, quando ali definidos.
- 1.4. Este ANEXO é composto pelo APÊNDICE 1, que contém a minuta referencial do contrato de administração das CONTAS DA CONCESSÃO, a ser celebrado entre o BANCO DEPOSITÁRIO, a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE.

## **2. REGRAS GERAIS SOBRE ABERTURA E FUNCIONAMENTO DAS CONTAS DA CONCESSÃO**

- 2.1. As CONTAS DA CONCESSÃO devem ser abertas e mantidas às expensas da CONCESSIONÁRIA, durante todo o prazo da CONCESSÃO.
  - 2.1.1. A CONCESSIONÁRIA arcará integralmente com os encargos e as taxas relacionados à atuação do BANCO DEPOSITÁRIO, nos termos do CONTRATO e deste ANEXO.
- 2.2. As CONTAS DA CONCESSÃO têm movimentação restrita às destinações e vinculações previstas no CONTRATO e neste ANEXO.
  - 2.2.1. As CONTAS DA CONCESSÃO receberão exclusivamente os depósitos que lhe são atribuídos no CONTRATO e neste ANEXO, não podendo outros valores serem destinados, a qualquer título, às CONTAS DA CONCESSÃO.
- 2.3. As CONTAS DA CONCESSÃO são de titularidade da CONCESSIONÁRIA.
  - 2.3.1. Para todos os efeitos legais, as PARTES reconhecem que os recursos depositados nas CONTAS DA CONCESSÃO só podem ser movimentados pelo BANCO DEPOSITÁRIO nos

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

termos deste ANEXO, não podendo ser objeto de contingenciamento pelo PODER CONCEDENTE.

2.3.2. Os recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM, serão de titularidade do PODER CONCEDENTE, e os recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO e na CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS serão de titularidade da CONCESSIONÁRIA.

2.4. Nos 120 (cento e vinte) dias contados da emissão da DECLARAÇÃO DE INÍCIO DO PRAZO DA CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá praticar todos os atos necessários, que lhe couberem, para promover e efetivar a abertura da CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM e da CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS junto ao BANCO DEPOSITÁRIO, observadas as disposições do CONTRATO e deste ANEXO.

2.4.1 Nos 120 (cento e vinte) dias anteriores à conclusão da FASE PRÉ-OPERACIONAL da INFRAESTRUTURA A SER CONSTRUÍDA, a CONCESSIONÁRIA deverá praticar todos os atos necessários, que lhe couberem, para promover e efetivar a abertura da CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO.

2.4.2 O PODER CONCEDENTE deverá tomar todas as medidas que lhe cabem para viabilizar a abertura das CONTAS DA CONCESSÃO, incluindo: (i) o fornecimento de documentos e informações; (ii) a participação, por meio de seus representantes, em reuniões com o BANCO DEPOSITÁRIO; e (iii) a realização de quaisquer outras providências que sejam requeridas para abertura das referidas contas, nos termos estabelecidos no CONTRATO e neste ANEXO, devendo emendar seus melhores esforços para garantir que a abertura das contas ocorra de maneira tempestiva e eficiente.

2.4.3 As PARTES se obrigam a não fornecer quaisquer instruções ao BANCO DEPOSITÁRIO para movimentação das CONTAS DA CONCESSÃO em desconformidade com o CONTRATO e este ANEXO.

2.4.4 O BANCO DEPOSITÁRIO cumprirá todas as disposições constantes das notificações e documentos recepcionados, desde que estejam de acordo com as determinações do CONTRATO e deste ANEXO.

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

- 2.4.5 O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA terão acesso imediato, por meio eletrônico, às informações das CONTAS DA CONCESSÃO.
- 2.4.6 Sempre que solicitado pelas PARTES, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá enviar, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, informações ou documentos mais detalhados sobre as CONTAS DA CONCESSÃO.
- 2.5. Não é admitida a utilização dos recursos depositados nas CONTAS DA CONCESSÃO para fins diversos dos estabelecidos no CONTRATO e neste ANEXO.
- 2.6. Para os fins dispostos neste ANEXO, as menções às contas a serem livremente movimentadas deverão ser entendidas como uma ou mais contas correntes indicadas, conforme o caso, pelas PARTES, FINANCIADORES, ou seus representantes, que tenham a prerrogativa de exercício dos direitos e obrigações que lhe são conferidos, nos termos dos contratos de financiamento e/ou conforme o ACORDO TRIPARTITE, se celebrado (CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO).
- 2.7. As PARTES concordam que os valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM poderão ser aplicados nos investimentos previstos no item 2.7.1, sem que sejam necessárias instruções escritas das PARTES. Qualquer outro investimento que não esteja listado no referido item deverá ser precedido de aprovação escrita e assinada por ambas as PARTES.
- 2.7.1. Os recursos da CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM serão investidos nas seguintes alternativas:
- (i) Títulos Públicos de emissão do Tesouro Nacional, com liquidez compatível com as obrigações de transferência previstas no CONTRATO e neste ANEXO, de acordo com o contrato de administração de contas firmado com o BANCO DEPOSITÁRIO;
  - (ii) Cotas de fundo de investimento, com liquidez compatível com as necessidades da CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM, cuja política de investimento admita a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados no item (i) acima, e apenas admita a realização de operações com

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

derivativos para proteção das posições detidas à vista, até o limite dessas.

- 2.7.2. Todas as aplicações deverão ser realizadas com recursos da CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM e os resgates deverão ser feitos por meio de crédito na mesma conta.
- 2.7.3. Todo e qualquer rendimento obtido com os investimentos realizados com os valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM será acrescido ao saldo da respectiva conta, para todos os fins deste ANEXO.
- 2.8. As PARTES concordam que os valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO e na CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS poderão ser aplicados em investimentos com liquidez compatível com as obrigações de transferência previstas no CONTRATO e neste ANEXO.
- 2.8.1. Todas as aplicações deverão ser realizadas com recursos da CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO e da CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS e os resgates deverão ser feitos por meio de crédito na respectiva conta originária dos recursos em questão.
- 2.8.2. Todo e qualquer rendimento obtido com os investimentos realizados com os valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO e na CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS será acrescido ao saldo da respectiva conta, para todos os fins deste ANEXO.

### **3. REGRAS ESPECÍFICAS PARA FUNCIONAMENTO DA CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM**

3.1. A CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM receberá os seguintes recursos:

- (i) O valor correspondente à arrecadação resultante do transporte de PASSAGEIROS no SERVIÇO LINHA 7;
- (ii) O valor correspondente à arrecadação resultante do transporte de PASSAGEIROS no SERVIÇO TIM;
- (iii) O valor previsto no item 4.3.2 deste ANEXO; e

PROCESSO STM Nº  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021  
PPP – TIC Eixo Norte

(iv) O valor previsto no item 5.3.2 deste ANEXO.

3.1.1. Para os fins do item 3.1, inciso (i), entende-se por arrecadação resultante do transporte de PASSAGEIROS no SERVIÇO LINHA 7 o produto da multiplicação do valor de R\$ [-] pelo número de PASSAGEIROS TRANSPORTADOS, respeitando os termos do ANEXO XII.A.

3.1.1.1. O valor previsto no item 3.1.1 será atualizado anualmente pelo IPCA, tendo como referência a DATA BASE.

3.2. O valor referido no item 3.1, inciso (i), será depositado pela CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO SERVIÇO LINHA 7 em todo dia de expediente bancário, a partir da OPERAÇÃO COMERCIAL da INFRAESTRUTURA EXISTENTE.

3.3. O valor referido no item 3.1, inciso (ii), será depositado pela CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO SERVIÇO TIM em todo dia de expediente bancário, a partir da OPERAÇÃO COMERCIAL da INFRAESTRUTURA EXISTENTE, observada a disciplina do ANEXO XII.A quanto ao correspondente sistema de arrecadação.

3.4. **Erro! Fonte de referência não encontrada.** Os valores referidos nos itens 3.1, incisos (i) a (iv), constituirão o saldo destinado para o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, no montante a ser notificado mensalmente pelo PODER CONCEDENTE, nos termos do item 3.6 deste ANEXO.

3.5. O BANCO DEPOSITÁRIO deverá movimentar a CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM da seguinte forma, respeitando a seguinte ordem de prioridade, na periodicidade a ser definida pela CONCESSIONÁRIA, observada a periodicidade máxima mensal:

3.5.1. 1% (um por cento) do valor mensal calculado da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, na forma do item 3.6 deste ANEXO, previamente aos descontos previstos nos itens 3.6.1 e 3.6.2, deve ser transferido para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO, a ser indicada pelo PODER CONCEDENTE, a título de pagamento do ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO;

3.5.2. O valor apresentado pelo PODER CONCEDENTE, nos termos do item 3.6

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

deste ANEXO, após os descontos previstos nos itens 3.6.1 e 3.6.2, deve ser transferido para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO, a ser indicada pela CONCESSIONÁRIA, a título de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA;

3.5.2.1. Para o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA em periodicidade inferior à mensal, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá respeitar, como limite máximo, a proporção diária do valor definido pelo PODER CONCEDENTE, nos termos do item 3.6 deste ANEXO, observando o número de dias existentes em cada mês e o número de dias transcorrido desde a última movimentação da CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM.

3.5.2.2. Independentemente da periodicidade definida pela CONCESSIONÁRIA, deverá haver, obrigatoriamente, uma movimentação da CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM no último dia do mês com expediente bancário, destinada ao pagamento do saldo da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA ainda não pago ao longo do mês, aplicando-se o disposto na Cláusula 3.8 deste ANEXO na hipótese de insuficiência de saldo para o pagamento.

3.6. Até o [.] dia de cada mês, o PODER CONCEDENTE deverá notificar o BANCO DEPOSITÁRIO acerca do montante de recursos a serem transferidos no mês subsequente da CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM para uma CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO indicada pela CONCESSIONÁRIA, a título de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. O valor final da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, notificado pelo PODER CONCEDENTE, deverá ter considerado:

3.6.1. Eventual desconto pelo não atingimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO pela CONCESSIONÁRIA no âmbito do SERVIÇO LINHA 7 e/ou do SERVIÇO TIM, nos termos do CONTRATO e do ANEXO III.D; e

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

3.6.2. Eventuais montantes devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE a qualquer título, já líquidos e exigíveis, nos termos da Cláusula 33.4.3 do CONTRATO.

3.6.2.1. Os montantes devidos nos termos do item 3.6.2 não poderão superar 5% (cinco por cento) do valor mensal calculado da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, após o desconto previsto no item 3.6.1, sendo que os valores remanescentes serão descontados nos meses subsequentes, até a plena quitação do valor devido.

3.7. Caso seja superado o prazo previsto no item 3.6 deste ANEXO sem que o PODER CONCEDENTE tenha indicado o valor devido a título de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, o BANCO DEPOSITÁRIO poderá, provisoriamente, utilizar o mesmo valor definido no mês anterior, realizando-se os correspondentes ajustes, para mais ou para menos, quando da definição do valor pelo PODER CONCEDENTE.

3.8. O BANCO DEPOSITÁRIO deverá, quando da movimentação bancária prevista no item 3.5.2.2, informar o PODER CONCEDENTE caso identificada a insuficiência de saldo da CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM para o pagamento integral da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA devida no mês, para que sejam depositados recursos complementares na CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM.

3.8.1. Recebida a notificação do BANCO DEPOSITÁRIO, o PODER CONCEDENTE deverá proceder com o depósito de recursos complementares, se necessário mediante emprego de recursos do Tesouro, na CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM, no prazo de [ ] dias, sendo que o BANCO DEPOSITÁRIO deverá transferir o valor à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA no prazo de 2 (dois) dias úteis do recebimento dos valores.

3.8.2. No caso de atraso na disponibilização, pelo PODER CONCEDENTE, de recursos complementares necessários para o pagamento do valor devido a título de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, superando o prazo previsto no item 3.8.1, o valor



PROCESSO STM Nº  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021  
PPP – TIC Eixo Norte

devido ficará automaticamente acrescido de juros de mora correspondentes à variação *pro rata temporis* da TAXA SELIC, a contar da data do respectivo vencimento até a data da efetiva disponibilização dos recursos complementares na CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM.

3.9. O PODER CONCEDENTE deverá notificar o BANCO DEPOSITÁRIO para depósito à CONCESSIONÁRIA de recursos da CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM a título de reembolso de valores despendidos pela CONCESSIONÁRIA para pagamento de IPTU, observado o disposto na Cláusula 47.5 do CONTRATO DE CONCESSÃO.

3.10. Após a realização das movimentações previstas no item 3.5, o saldo excedente deverá ser mantido na CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM e poderá ser utilizado para realizar as movimentações subsequentes, nos termos do item 3.5, bem como para eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do CONTRATO.

#### **4. REGRAS ESPECÍFICAS PARA FUNCIONAMENTO DA CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO**

4.1. A CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO receberá o montante integral arrecadado pela CONCESSIONÁRIA a título de TARIFA DO EXPRESSO paga pelos PASSAGEIROS do SERVIÇO EXPRESSO, nos termos da Cláusula 31.2 do CONTRATO.

4.2. O valor referido no item 4.1 será depositado pela CONCESSIONÁRIA em todo dia de expediente bancário, a partir da OPERAÇÃO COMERCIAL do SERVIÇO EXPRESSO.

4.3. O BANCO DEPOSITÁRIO deverá movimentar a CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO da seguinte forma, respeitando a seguinte ordem de prioridade:

- 4.3.1. 1% (um por cento) do valor depositado deve ser transferido para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO, a ser indicada pelo PODER CONCEDENTE, a título de pagamento do ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO;
- 4.3.2. O percentual definido pelo PODER CONCEDENTE, nos termos do item 4.4, deve ser transferido para a CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM; e

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

4.3.3. O saldo restante deve ser transferido para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO a ser indicada pela CONCESSIONÁRIA.

4.4. Até o dia [.] de cada mês, o PODER CONCEDENTE deverá notificar o BANCO DEPOSITÁRIO acerca do percentual a ser aplicado, no mês subsequente, sobre os recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO, com a transferência para a CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM na forma do item 4.3.2, a título de desconto pelo não atingimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO pela CONCESSIONÁRIA no âmbito do SERVIÇO EXPRESSO, nos termos do CONTRATO e do ANEXO III.D.

4.4.1. Na hipótese de inviabilidade, por qualquer razão, da realização dos descontos referidos no item 4.4, diretamente a partir da CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO, os valores referidos no item 4.4 serão pagos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE por meio de depósito bancário, em conta corrente a ser oportunamente identificada, mantidos os prazos aplicáveis.

4.4.1.1. Na hipótese do item 4.4.1, o pagamento deverá ser realizado pela CONCESSIONÁRIA até o último dia do mês ao qual se refiram os valores dispostos no item 4.4.

4.5. Uma vez recebida a notificação referida no item 4.4, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá realizar a respectiva transferência na periodicidade definida pela CONCESSIONÁRIA, respeitada a periodicidade máxima mensal.

4.6. Caso seja superado o prazo previsto no item 4.4 sem que o PODER CONCEDENTE tenha indicado o percentual a ser aplicado, o BANCO DEPOSITÁRIO poderá, provisoriamente, utilizar o mesmo percentual definido no mês anterior, realizando-se os correspondentes ajustes, para mais ou para menos, quando do recebimento da notificação do PODER CONCEDENTE.

## **5. REGRAS ESPECÍFICAS PARA FUNCIONAMENTO DA CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS**

5.1. A CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS receberá o montante integral arrecadado pela CONCESSIONÁRIA a título de RECEITAS ACESSÓRIAS, nos termos da Cláusula 35 do CONTRATO.

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

- 5.2. No último dia de cada mês, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá averiguar o saldo da CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS e enviar notificação ao PODER CONCEDENTE.
- 5.3. O PODER CONCEDENTE deverá, no prazo de 2 (dois) dias úteis, avaliar se o saldo da CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS supera 2% (dois por cento) da RECEITA BRUTA da CONCESSIONÁRIA, para o mesmo período, e enviar notificação ao BANCO DEPOSITÁRIO, nos seguintes termos:
- 5.3.1. Caso não haja superação do percentual definido no item 5.3, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá transferir a integralidade dos recursos depositados na CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS para a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO a ser indicada pela CONCESSIONÁRIA.
  - 5.3.2. Caso haja superação do percentual definido no item 5.3, a notificação deverá indicar o valor a ser transferido para a CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM, observado o disposto no item 5.4 abaixo, sendo que o montante excedente deve ser transferido à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO a ser indicada pela CONCESSIONÁRIA.
- 5.4. Nos termos da Cláusula 35.14.1 do CONTRATO, o valor a ser transferido à CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM deve corresponder a 20% (vinte por cento) do excedente das RECEITAS ACESSÓRIAS que supere 2% (dois por cento) da RECEITA BRUTA da CONCESSIONÁRIA auferida no mês.
- 5.5. Uma vez recebida a notificação referida no item 5.3, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá realizar a(s) respectiva(s) transferência(s) no prazo de 2 (dois) dias úteis.

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**APÊNDICE 1**  
**CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DE CONTAS**

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

**[?], 2021**

**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**representado pela Secretaria de Transportes Metropolitanos**

**[CONCESSIONÁRIA]**

**[BANCO DEPOSITÁRIO]**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Essa é uma minuta referencial, podendo eventualmente sofrer ajustes ou adequações pactuadas pelas PARTES, quando da celebração deste CONTRATO, a fim de assegurar que as premissas materiais do funcionamento da conta bancária aqui disciplinadas sejam atendidas de forma adequada.

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato de Administração de Contas (“CONTRATO”),  
as PARTES:

- (1) O ESTADO DE SÃO PAULO, neste ato representado pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (“ESTADO DE SÃO PAULO ou PODER CONCEDENTE”);
- (2) [ ] (“CONCESSIONÁRIA”); e
- (3) [ ], na qualidade de BANCO DEPOSITÁRIO e administrador das contas objeto do presente CONTRATO (“BANCO DEPOSITÁRIO” e, em conjunto com o PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA, e o BANCO DEPOSITÁRIO, as “PARTES”, e, individual e indistintamente, “PARTE”).

**CONSIDERANDO QUE:**

- (A) o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA celebraram o CONTRATO nº [ ], com data de [ ] (o “CONTRATO DE CONCESSÃO”), referente à prestação do serviço público de transporte de passageiros, sobre trilhos, no TIC EIXO NORTE, conforme o CONTRATO DE CONCESSÃO (o “PROJETO”);
- (B) nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO e de seu ANEXO X devem ser abertas as seguintes contas: a CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM, a CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO e a CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS (“CONTAS DA CONCESSÃO”);
- (C) as CONTAS DA CONCESSÃO são de titularidade da CONCESSIONÁRIA;
- (D) as PARTES concordam em assinar o presente CONTRATO, com o objetivo de regular as movimentações das CONTAS DA CONCESSÃO, nos termos deste CONTRATO;

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

E) Nenhuma das cláusulas do presente CONTRATO altera ou modifica quaisquer obrigações da CONCESSIONÁRIA com relação ao PODER CONCEDENTE, tais como estabelecidas no CONTRATO DE CONCESSÃO.

RESOLVEM as PARTES firmar o presente CONTRATO, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo.

## **1. DEFINIÇÕES**

1.1. Para os fins deste CONTRATO, salvo quando houver disposição em contrário, os termos grafados em letras maiúsculas deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com o CONTRATO DE CONCESSÃO. Além disso, os termos a seguir serão compreendidos de acordo com os respectivos significados, conforme especificado abaixo:

- (i) "ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA" – tem o significado atribuído no ACORDO TRIPARTITE, caso celebrado; caso o ACORDO TRIPARTITE não seja celebrado, significa o exercício, por parte dos FINANCIADORES, sem a transferência de propriedade das ações, de poderes próprios para promover a reestruturação financeira da CONCESSÃO e, posteriormente, retornar à CONCESSIONÁRIA a execução das atividades associadas ao CONTRATO;
- (ii) "AGENTE" – significa o representante do conjunto de FINANCIADORES, tais como o banco líder, coordenador ou terceiro indicado pelos FINANCIADORES, inclusive AGENTE fiduciário, perante o PODER CONCEDENTE, a quem cabe o exercício dos direitos e obrigações que lhe são conferidos, nos termos dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO e conforme o ACORDO TRIPARTITE, caso celebrado;
- (iii) "ASSUNÇÃO DE CONTROLE" – tem o significado atribuído no ACORDO TRIPARTITE, caso celebrado; caso o ACORDO TRIPARTITE não seja celebrado, significa a aquisição do controle da CONCESSIONÁRIA por parte dos FINANCIADORES, conforme requisitos do

PROCESSO STM Nº  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021  
PPP – TIC Eixo Norte

artigo 116 da Lei nº 6.404/76, a partir do exercício de direitos que lhes confirmam a propriedade resolúvel de ações da CONCESSIONÁRIA ou outro mecanismo de garantias outorgadas pela CONCESSIONÁRIA aos FINANCIADORES;

- (iv) "ARRECADAÇÃO" – valor a ser transferido em todo dia de expediente bancário, referente ao valor resultante do transporte de PASSAGEIROS no SERVIÇO LINHA 7, calculado por meio da multiplicação do valor de R\$ [-] pela quantidade de PASSAGEIROS TRANSPORTADOS, e que será transferido da CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO SERVIÇO LINHA 7. O referido valor será atualizado anualmente pelo IPCA, tendo como referência a DATA BASE;
- (v) "BANCO DEPOSITÁRIO" – é o agente financeiro revestido de poderes para realizar a movimentação de recursos e a administração das CONTAS DA CONCESSÃO, selecionado e remunerado pela CONCESSIONÁRIA;
- (vi) "CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM" – significa a conta corrente nº [?], de titularidade da CONCESSIONÁRIA, na agência [?] do [banco];
- (vii) "CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO" – significa a conta corrente nº [?], de titularidade da CONCESSIONÁRIA, na agência [?] do [banco];
- (viii) "CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA" – significa a conta corrente nº [?], de titularidade da CONCESSIONÁRIA, na agência [?] do [banco];
- (ix) "CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DO PODER CONCEDENTE" – significa a conta corrente nº [?], de titularidade do PODER CONCEDENTE, na agência [?] do [banco];
- (x) "CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS" – significa a conta corrente nº [?], de titularidade da CONCESSIONÁRIA, na agência [?] do [banco];
- (xi) "CONTRATOS DE FINANCIAMENTO" – significa os contratos e instrumentos de financiamento que venham a ser celebrados entre os FINANCIADORES e a



**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

CONCESSIONÁRIA, com o objetivo de financiar os serviços indicados no CONTRATO DE CONCESSÃO;

- (xii) "DATA DE ENCERRAMENTO" – significa a data em que todas as obrigações decorrentes dos DOCUMENTOS DA CONCESSÃO forem cumpridas, conforme atestado pelo PODER CONCEDENTE;
- (xiii) "DOCUMENTOS DA CONCESSÃO" – significa, quando referidos em conjunto, a totalidade dos documentos celebrados com o PODER CONCEDENTE relacionados com a CONCESSÃO, incluindo, mas não se limitando ao presente CONTRATO, o CONTRATO DE CONCESSÃO e, caso celebrado, o ACORDO TRIPARTITE, juntamente com todos os documentos anexos e acessórios aos referidos instrumentos;
- (xiv) "INVESTIMENTOS PERMITIDOS" - Significa os seguintes ativos: (i) Títulos Públicos de emissão do Tesouro Nacional com liquidez compatível com as obrigações de transferência previstas no CONTRATO e no ANEXO X, de acordo com o contrato de administração de contas firmado com o BANCO DEPOSITÁRIO; e (ii) Cotas de fundo de investimento, com liquidez compatível com as necessidades da CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM, cuja política de investimento admita a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados no item (i) acima, e apenas admita a realização de operações com derivativos para proteção das posições detidas à vista, até o limite dessas;
- (xv) "NOTIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO" – tem o significado atribuído na Cláusula 4.1 e seguintes do CONTRATO;
- (xvi) "PLANO DE REESTRUTURAÇÃO" – tem o significado atribuído no ACORDO TRIPARTITE, caso celebrado;
- (xvii) "TERMO DE ADESÃO" – significa o documento assinado pelo AGENTE, na qualidade de representante dos FINANCIADORES, substancialmente nos termos do Anexo ao

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

presente CONTRATO, por meio do qual o AGENTE adere aos termos deste CONTRATO, sem prejuízo de ajustes acordados entre as PARTES; e

(xviii) "TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO" – tem o significado atribuído no ACORDO TRIPARTITE, caso celebrado; caso o ACORDO TRIPARTITE não seja assinado, significa a modificação do CONTRATO, com a substituição do ente contratado e a assunção pela CESSIONÁRIA de todos os direitos e obrigações detidos pela CONCESSIONÁRIA no âmbito da CONCESSÃO.

## **2. DEPÓSITO NAS CONTAS DA CONCESSÃO**

1.2. As PARTES concordam que, nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO, as CONTAS DA CONCESSÃO serão alimentadas da seguinte forma:

1.2.1. Para a CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM: em todo dia de expediente bancário, o valor correspondente à ARRECADAÇÃO resultante do transporte de PASSAGEIROS no SERVIÇO LINHA 7 e à ARRECADAÇÃO resultante do transporte de PASSAGEIROS no SERVIÇO TIM, será transferido da CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO SERVIÇO LINHA 7 e da CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO SERVIÇO TIM, respectivamente.

1.2.1.1. Os recursos indicados na Cláusula 2.1.1 acima constituirão o saldo mínimo da CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM e deverão ser destinados para o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA.

1.2.1.2. Além dos recursos indicados na Cláusula 2.1.1, a CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM poderá, periodicamente, receber recursos oriundos da CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO e da CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS.

1.2.2. Para a CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO: o montante integral arrecadado

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

pela CONCESSIONÁRIA a título de TARIFA DO EXPRESSO, a ser depositado pela CONCESSIONÁRIA, em todo dia de expediente bancário, a partir da OPERAÇÃO COMERCIAL do SERVIÇO EXPRESSO ou a partir da OPERAÇÃO COMERCIAL ANTECIPADA do SERVIÇO EXPRESSO.

1.2.2.1. As disposições relativas à CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO previstas no presente CONTRATO só passarão a ser vigentes a partir da abertura da referida conta pela CONCESSIONÁRIA, nos termos definidos no ANEXO X.

1.2.3. Para a CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS: a integralidade das RECEITAS ACESSÓRIAS auferidas pela CONCESSIONÁRIA no âmbito do CONTRATO DE CONCESSÃO.

1.3. O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA deverão praticar todos os atos necessários para garantir que os valores referidos na Cláusula 2.1 sejam depositados diretamente nas respectivas CONTAS DA CONCESSÃO, nos moldes estabelecidos acima.

1.4. A CONCESSIONÁRIA deverá inclusive, mas sem a isso se limitar, enviar notificação a todas as partes envolvidas no pagamento, depósito, intermediação ou transferência do montante indicado na Cláusula 2.1, instruindo tais partes sobre o seu depósito diretamente nas referidas contas, sem quaisquer compensações, descontos, retenções ou qualquer outra forma de redução.

1.5. A CONCESSIONÁRIA concorda que, caso venha a receber diretamente quaisquer valores referidos na Cláusula 2.1, deverá providenciar o depósito do montante integral recebido na respectiva CONTA DA CONCESSÃO, no prazo de 2 (dois) dias contados do recebimento, vedada a realização de compensação quanto a quaisquer créditos que possa ter, sob pena da aplicação das penalidades previstas na Cláusula 11.1.

### **3. MOVIMENTAÇÕES DA CONTAS DA CONCESSÃO**

#### **CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM**

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

1.6. A movimentação da CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM deverá observar o disposto abaixo, seguindo a ordem de prioridade:

1.6.1.1% (um por cento) do valor mensal calculado da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, na forma do item 3.2 abaixo, previamente aos descontos previstos nas Cláusulas 3.2.1 e 3.2.2, deve ser transferido para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO a ser indicada pelo PODER CONCEDENTE a título de pagamento do ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO;

1.6.2.O valor apresentado pelo PODER CONCEDENTE, nos termos da Cláusula 3.2, após os descontos previstos nas Cláusulas 3.2.1 e 3.2.2, deve ser transferido para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO, a ser indicada pela CONCESSIONÁRIA, a título de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA;

1.6.2.1. Para o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA em periodicidade inferior à mensal, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá respeitar, como limite máximo, a proporção diária do valor definido pelo PODER CONCEDENTE, nos termos da Cláusula 3.2 abaixo, observando o número de dias existentes em cada mês, e o número de dias transcorrido desde a última movimentação da CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM.

1.6.2.2. Independentemente da periodicidade definida pela CONCESSIONÁRIA, deverá haver, obrigatoriamente, uma movimentação da CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM no último dia do mês com expediente bancário, destinada ao pagamento do saldo da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA ainda não pago ao longo do mês, aplicando-se o quanto previsto na Cláusula 3.4 na hipótese de insuficiência de saldo para o pagamento.

1.7. Até o [·] dia de cada mês, o PODER CONCEDENTE deverá notificar o BANCO DEPOSITÁRIO acerca do montante de recursos a serem transferidos no mês subsequente da CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM para uma CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO indicada pela CONCESSIONÁRIA, a título de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. O valor final da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, notificado pelo PODER CONCEDENTE, deverá ter considerado:

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

1.7.1.Eventual desconto pelo não atingimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO pela CONCESSIONÁRIA no âmbito do SERVIÇO LINHA 7 e/ou do SERVIÇO TIM, nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO e de seu ANEXO III.D;

1.7.2.Eventuais montantes devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE a qualquer título, já líquidos e exigíveis, nos termos da Cláusula 33.4.3 do CONTRATO DE CONCESSÃO.

1.7.2.1. Os montantes devidos nos termos da Cláusula 3.2.2 deste CONTRATO não poderão superar 5% (cinco por cento) do valor mensal calculado da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, após o desconto previsto na Cláusula 3.2.1, sendo que os valores remanescentes serão descontados nos meses subsequentes, até a plena quitação do valor devido.

1.8. Caso seja superado o prazo previsto na Cláusula 3.2 sem que o PODER CONCEDENTE tenha indicado o valor devido a título de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, o BANCO DEPOSITÁRIO poderá, provisoriamente, utilizar o mesmo valor definido no mês anterior, realizando-se os correspondentes ajustes, para mais ou para menos, quando da definição do valor pelo PODER CONCEDENTE.

1.9. O BANCO DEPOSITÁRIO deverá, quando da movimentação bancária prevista na Cláusula 3.1.2.2, informar o PODER CONCEDENTE caso identificada a insuficiência de saldo da CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM para o pagamento integral da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA devida no mês, para que sejam depositados recursos complementares na CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM.

1.9.1.Recebida a notificação do BANCO DEPOSITÁRIO, o PODER CONCEDENTE deverá proceder com o depósito de recursos complementares, se necessário mediante emprego de recursos do Tesouro, na CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM no prazo de [.] dias, sendo que o BANCO DEPOSITÁRIO deverá transferir o valor à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA no prazo de 2 (dois) dias úteis do recebimento dos valores.

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

1.9.2.No caso de atraso na disponibilização, pelo PODER CONCEDENTE, de recursos complementares necessários para o pagamento do valor devido a título de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, superando o prazo previsto na Cláusula 3.4.1, o valor devido ficará automaticamente acrescido de juros de mora correspondentes à variação *pro rata temporis* da TAXA SELIC, a contar da data do respectivo vencimento e até a data da efetiva disponibilização dos recursos complementares na CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM.

1.10. O PODER CONCEDENTE deverá notificar o BANCO DEPOSITÁRIO para depósito à CONCESSIONÁRIA de recursos da CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM a título de reembolso de valores despendidos pela CONCESSIONÁRIA para pagamento de IPTU, observado o disposto na Cláusula 47.5 do CONTRATO DE CONCESSÃO.

1.11. Após a realização das movimentações previstas na Cláusula 3.1, o saldo excedente deverá ser mantido na CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM e poderá ser utilizado para realizar as movimentações subsequentes, conforme Cláusula 3.1, e para eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO, mediante envio de notificação conjunta do PODER CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA.

**CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO**

1.12. A movimentação da CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO deverá observar o disposto abaixo, seguindo a ordem de prioridade:

1.12.1. 1% (um por cento) do valor depositado deve ser transferido para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO a ser indicada pelo PODER CONCEDENTE, a título de pagamento do ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO;

1.12.2. O percentual definido pelo PODER CONCEDENTE, nos termos da Cláusula 1.13, deve ser transferido para a CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM; e

1.12.3. O saldo restante deve ser transferido para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO a ser

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

indicada pela CONCESSIONÁRIA.

1.13. Até o dia [-] de cada mês, o PODER CONCEDENTE deverá notificar o BANCO DEPOSITÁRIO acerca do percentual a ser aplicado, no mês subsequente, sobre os recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO, com a transferência para a CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM, na forma da Cláusula 3.6.2, a título de desconto pelo não atingimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO pela CONCESSIONÁRIA no âmbito do SERVIÇO EXPRESSO, nos termos do CONTRATO e do ANEXO III.D.

1.13.1. Na hipótese de inviabilidade, por qualquer razão, da realização dos descontos referidos na Cláusula 1.13, diretamente a partir da CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO, os valores referidos na Cláusula 1.13 serão pagos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE por meio de depósito bancário, em conta corrente a ser oportunamente identificada, mantidos os prazos aplicáveis.

1.13.1.1. Na hipótese da Cláusula 1.13.1, o pagamento deverá ser realizado pela CONCESSIONÁRIA até o último dia do mês ao qual se refiram os valores dispostos na Cláusula 1.13.

1.13.2. Caso seja superado o prazo previsto na Cláusula 1.13 sem que o PODER CONCEDENTE tenha indicado o percentual a ser aplicado, o BANCO DEPOSITÁRIO poderá, provisoriamente, utilizar o mesmo percentual definido no mês anterior, realizando-se os correspondentes ajustes, para mais ou para menos, quando do recebimento da notificação do PODER CONCEDENTE.

1.14. Uma vez recebida a notificação referida na Cláusula 1.13, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá realizar a respectiva transferência na periodicidade definida pela CONCESSIONÁRIA, respeitada a periodicidade máxima mensal.

## **CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS**

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

- 1.15. A movimentação da CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS deverá observar o disposto abaixo.
- 1.16. No último dia de cada mês o BANCO DEPOSITÁRIO deverá averiguar o saldo da CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS e enviar notificação ao PODER CONCEDENTE.
- 1.17. O PODER CONCEDENTE deverá, no prazo de 2 (dois) dias úteis, avaliar se o saldo da CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS supera 2% (dois por cento) da RECEITA BRUTA da CONCESSIONÁRIA para o mesmo período, e enviar notificação ao BANCO DEPOSITÁRIO, nos seguintes termos:
- 1.17.1. Caso não haja superação do percentual definido na Cláusula 3.11, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá transferir a integralidade dos recursos depositados na CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS para a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO a ser indicada pela CONCESSIONÁRIA.
- 1.17.2. Caso haja superação do percentual definido na Cláusula 3.11, a notificação deverá indicar o valor a ser transferido para a CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM, observado o disposto na Cláusula 35.12 do CONTRATO DE CONCESSÃO e de seu ANEXO X, sendo que o montante excedente deve ser transferido à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO a ser indicada pela CONCESSIONÁRIA.
- 1.18. Uma vez recebida a notificação referida na Cláusula 3.11.2, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá realizar a respectiva transferência no prazo de 2 (dois) dias úteis.

**CONTAS DA CONCESSÃO**

- 1.19. As CONTAS DA CONCESSÃO terão sua movimentação condicionada ao disposto neste CONTRATO e no CONTRATO DE CONCESSÃO e em seus ANEXOS, cabendo à CONCESSIONÁRIA arcar com todos os encargos e taxas relacionados à manutenção.
- 1.20. As PARTES poderão pactuar os termos e condições para a criação e operacionalização de contas específicas para a movimentação de recursos oriundos da CONTAS DA CONCESSÃO, após a devida apuração do recurso a ser movimentado, considerando a sua finalidade



**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

específica.

- 1.21. A criação de contas específicas de que trata a Cláusula 3.14 não altera as prerrogativas das PARTES quanto à movimentação dos recursos envolvidos.
- 1.22. O PODER CONCEDENTE e A CONCESSIONÁRIA, neste ato, outorgam ao BANCO DEPOSITÁRIO todas as autorizações necessárias para movimentar as CONTAS DA CONCESSÃO de suas respectivas titularidades, nos termos do presente CONTRATO.
- 1.23. Para os fins deste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA renuncia ao direito de sigilo bancário em relação às informações das CONTAS DA CONCESSÃO, de acordo com o artigo 1º, §3º, inciso V, da Lei Complementar nº 105/2001, autorizando o BANCO DEPOSITÁRIO a divulgar ao PODER CONCEDENTE as informações relacionadas às CONTAS DA CONCESSÃO e, caso seja celebrado o TERMO DE ADESÃO, ao AGENTE, na qualidade de representante dos FINANCIADORES.
- 1.24. O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA terão acesso imediato, por meio eletrônico, às informações das CONTAS DA CONCESSÃO.
- 1.25. Sempre que solicitado pelas PARTES, ou, caso seja celebrado o TERMO DE ADESÃO, pelo AGENTE, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá enviar, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, informações ou documentos mais detalhados sobre as CONTAS DA CONCESSÃO.
- 1.26. As PARTES poderão solicitar a aplicação dos valores depositados nas CONTAS DA CONCESSÃO, nos termos da Cláusula 5.
- 1.27. Nenhuma das cláusulas do presente CONTRATO altera ou modifica quaisquer obrigações da CONCESSIONÁRIA com relação ao PODER CONCEDENTE, tal como estabelecidas no CONTRATO DE CONCESSÃO.
- 1.28. As PARTES concordam que as transferências previstas neste CONTRATO poderão ser realizadas pelo BANCO DEPOSITÁRIO, sem necessidade de qualquer autorização ou

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

confirmação pelas demais PARTES.

- 1.29. As CONTAS DA CONCESSÃO serão movimentáveis exclusivamente pelo BANCO DEPOSITÁRIO, observadas as disposições deste CONTRATO.

**4. EXERCÍCIO DOS DIREITOS DOS FINANCIADORES**

- 1.30. Em caso de ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA, ASSUNÇÃO DE CONTROLE ou TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO, os FINANCIADORES notificarão o BANCO DEPOSITÁRIO, por meio da NOTIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO.

- 1.31. Caso seja enviada NOTIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO para o BANCO DEPOSITÁRIO, as PARTES concordam que o BANCO DEPOSITÁRIO deverá suspender todas as transferências de valores da CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM, da CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO e da CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS para a CONTA DE LIVRE DA MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA até o recebimento, pelo BANCO DEPOSITÁRIO, de instruções do AGENTE, (a) conforme a Cláusula 4.3; ou (b) conforme venha a ser previsto no PLANO DE REESTRUTURAÇÃO aprovado pelo PODER CONCEDENTE.

- 1.32. A partir da data em que o BANCO DEPOSITÁRIO receber a NOTIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO, até a data em que este receber o PLANO DE REESTRUTURAÇÃO, as PARTES concordam que os valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM, na CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO e na CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS que seriam transferidos à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA deverão ser utilizados somente conforme instruções do AGENTE. Os valores a serem transferidos à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DO PODER CONCEDENTE devem seguir normalmente o fluxo estabelecido nas Cláusulas 3.1, 3.6 e 3.11.2.

- 1.33. As PARTES concordam que as instruções do AGENTE deverão ser atendidas pelo BANCO DEPOSITÁRIO até a data em que este receber:

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

- (i) notificação do AGENTE revogando a NOTIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO anteriormente enviada; ou
- (ii) notificação do AGENTE informando novas instruções de transferência, nos termos do PLANO DE REESTRUTURAÇÃO aprovado.

1.34. Após o recebimento, pelo BANCO DEPOSITÁRIO, do PLANO DE REESTRUTURAÇÃO, os valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM, na CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO e na CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS deverão ser transferidos pelo BANCO DEPOSITÁRIO na forma prevista no PLANO DE REESTRUTURAÇÃO.

1.35. As PARTES se obrigam a enviar ao BANCO DEPOSITÁRIO, no prazo de 1 (um) dia útil, todas as informações por ele solicitadas para cumprimento das transferências da CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM, da CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO e da CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS indicadas no PLANO DE REESTRUTURAÇÃO.

1.36. Após o cumprimento dos termos do PLANO DE REESTRUTURAÇÃO, as PARTES concordam que as transferências envolvendo a CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM, a CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO e a CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS voltarão a seguir o disposto nas Cláusulas 3.1, 3.6 e 3.11.

## **5. INVESTIMENTOS PERMITIDOS**

1.37. As PARTES poderão solicitar a aplicação dos valores depositados nas CONTAS DA CONCESSÃO:

- (i) nos INVESTIMENTOS PERMITIDOS, no caso dos recursos da CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM, desde que tais valores não estejam programados para transferência, nos termos deste CONTRATO.
- (ii) em investimentos, no caso dos recursos da CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

EXPRESSO e da CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS, desde que tais valores não tenham sido objeto de transferência ou que não estejam programados para transferência nos termos deste CONTRATO, observado o disposto nesta Cláusula.

1.38. As aplicações deverão estar de acordo com a legislação vigente e apresentar a liquidez necessária para permitir a utilização de tais montantes pelo BANCO DEPOSITÁRIO, conforme previsto neste CONTRATO e nos demais DOCUMENTOS DA CONCESSÃO, sendo que:

- (i) todas as aplicações serão feitas com recursos das CONTAS DA CONCESSÃO, e os resgates deverão ser feitos por meio de crédito na referida conta;
- (ii) os rendimentos oriundos dos investimentos, deduzidos os tributos e as despesas devidas, serão creditados nas respectivas CONTAS DA CONCESSÃO;
- (iii) as PARTES isentam o BANCO DEPOSITÁRIO de qualquer responsabilidade caso o saldo disponível nas CONTAS DA CONCESSÃO não seja aplicado por ausência de envio de solicitação pela CONCESSIONÁRIA;
- (iv) o BANCO DEPOSITÁRIO não agirá na qualidade de consultor financeiro das PARTES; e
- (v) em qualquer hipótese, os recursos depositados nas CONTAS DA CONCESSÃO somente poderão ser investidos caso tais investimentos estejam estritamente de acordo com os termos dispostos neste CONTRATO.

1.39. A aplicação somente será realizada no primeiro dia útil subsequente ao recebimento da respectiva solicitação enviada pelo titular da conta e desde que os recursos estejam disponíveis nas CONTAS DA CONCESSÃO, no dia do recebimento da solicitação.

1.40. As autorizações para realização e resgate de quaisquer investimentos deverão ser realizadas mediante envio de solicitação à gerência responsável do BANCO DEPOSITÁRIO, por meio do endereço eletrônico [\*].

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

- 1.41. As solicitações deverão ser enviadas até às [▪] horas para serem cumpridas no mesmo dia. Solicitações enviadas após tal horário serão processadas no dia útil subsequente.

**6. DEPÓSITO DOS DOCUMENTOS REPRESENTATIVOS**

- 1.42. A CONCESSIONÁRIA manterá, na qualidade de fiel depositária, a posse de todos os documentos relacionados às CONTAS DA CONCESSÃO, bem como os demonstrativos de saldos e extratos, documentos celebrados com o BANCO DEPOSITÁRIO para abertura e manutenção das CONTAS DA CONCESSÃO.
- 1.43. A CONCESSIONÁRIA deverá praticar todos os atos necessários à existência e boa conservação dos documentos referidos na Cláusula 6.1.
- 1.44. O PODER CONCEDENTE e, caso o TERMO DE ADESÃO seja celebrado, o AGENTE representante dos FINANCIADORES, poderão, a qualquer momento, solicitar à CONCESSIONÁRIA informações relativas às CONTAS DA CONCESSÃO, bem como a apresentação de documentação.
- 1.45. A CONCESSIONÁRIA deverá atender à solicitação prevista na Cláusula 6.3 em até 5 (cinco) dias do seu recebimento, ou em prazo menor, para atender determinação legal, sempre observada a complexidade da solicitação.

**7. OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA E DO PODER CONCEDENTE**

- 1.46. Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA se obriga a:
- (i) remunerar o BANCO DEPOSITÁRIO pela prestação dos serviços objeto deste CONTRATO, no valor de [■];
  - (ii) arcar com todos os encargos e taxas para garantir a manutenção das CONTAS DA

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

CONCESSÃO;

- (iii) manter as CONTAS DA CONCESSÃO ativas, livres e desembaraçadas durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO;
- (iv) garantir, no que for de sua alçada, que todos os recursos referidos nas Cláusulas 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3 sejam depositados na CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇOS LINHA 7 E TIM, na CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO e na CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS, respectivamente.
- (v) não fornecer quaisquer instruções ao BANCO DEPOSITÁRIO relativas à movimentação das CONTAS DA CONCESSÃO em divergência com o presente CONTRATO;
- (vi) dar ciência, por escrito, dos termos e condições deste CONTRATO e dos demais DOCUMENTOS DA CONCESSÃO, a seus administradores e prepostos, para que estes cumpram e façam cumprir todos os seus termos e suas condições;
- (vii) encaminhar ao PODER CONCEDENTE e, caso o TERMO DE ADESÃO seja celebrado, ao AGENTE, informações sobre qualquer negócio jurídico, deliberação societária ou medida que possa afetar o cumprimento de qualquer de suas obrigações assumidas neste CONTRATO;
- (viii) informar, em até 1 (um) dia útil, ao PODER CONCEDENTE e, caso o TERMO DE ADESÃO seja celebrado, ao AGENTE, qualquer problema que possa resultar em atrasos ou no impedimento do depósito dos recursos referidos nas Cláusulas 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3 na CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇOS LINHA 7 E TIM, na CONTA CENTRALIZADORA DO SERVIÇO EXPRESSO e na CONTA DE RECEITAS ACESSÓRIAS, respectivamente;
- (ix) informar, em até 1 (um) dia útil, ao PODER CONCEDENTE e, caso o TERMO DE ADESÃO seja celebrado, ao AGENTE, o conhecimento de (a) qualquer informação que possa resultar em bloqueio ou oneração das CONTAS DA CONCESSÃO; ou (b) qualquer ato ou informação que possa, de qualquer forma, prejudicar o cumprimento do presente CONTRATO;

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

- (x) durante o período de vigência do presente CONTRATO, manter verdadeiras as declarações prestadas neste instrumento;
- (xi) manter sempre válidas, em vigor e em perfeita ordem todas as autorizações eventualmente necessárias à execução deste CONTRATO;
- (xii) cumprir tempestivamente todas as obrigações assumidas no presente CONTRATO;
- (xv) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos de sua alçada que sejam necessários para a manutenção das CONTAS DA CONCESSÃO, obrigando-se, inclusive, mas não somente, a defender, de forma tempestiva e eficaz, as CONTAS DA CONCESSÃO todos os direitos dela decorrentes, contra quaisquer procedimentos ou processos que venham a ser propostos por terceiros ou que a CONCESSIONÁRIA venha a ter ciência e que possam, de qualquer forma, afetar de maneira adversa os termos do presente CONTRATO;
- (xvi) não ceder direitos ou constituir ônus, gravames, encargos, restrições ou preferências de qualquer natureza sobre as CONTAS DA CONCESSÃO; e
- (xvii) cumprir tempestivamente todas as obrigações assumidas no presente CONTRATO.

1.47. O PODER CONCEDENTE obriga-se a:

- (i) somente utilizar as CONTAS DA CONCESSÃO para as finalidades previstas neste CONTRATO e não ceder direitos ou constituir ônus, gravames, encargos, restrições ou preferências de qualquer natureza sobre as CONTAS DA CONCESSÃO;
- (ii) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos de sua alçada que sejam necessários para a manutenção das CONTAS DA CONCESSÃO;
- (iii) garantir, no que for de sua alçada, que todos os recursos referidos na Cláusula 2.1.1

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

sejam depositados na CONTA CENTRALIZADORA DOS SERVIÇOS LINHA 7 E TIM.

**8. DECLARAÇÕES E GARANTIAS**

1.48. A CONCESSIONÁRIA declara e garante que:

- (i) é sociedade devidamente constituída de acordo com as leis e regulamentos atualmente em vigor na República Federativa do Brasil;
- (ii) tem capacidade para firmar este CONTRATO e praticar os atos nele contemplados;
- (iii) foram obtidas todas as autorizações e foram tomadas todas as medidas e procedimentos societários para que o presente CONTRATO fosse validamente assinado;
- (iv) a celebração deste CONTRATO e a assunção das obrigações dele decorrentes estão de acordo com seus atos constitutivos e tem plena eficácia;
- (v) as pessoas que assinam este CONTRATO em seu nome têm poderes para assumir as obrigações nele estabelecidas;
- (vi) a celebração deste CONTRATO e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (a) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste CONTRATO dos quais a CONCESSIONÁRIA, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas; (b) de qualquer norma legal ou regulamentar a que, na data de assinatura deste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas estejam sujeitos; e (c) de qualquer ordem ou decisão judicial, ainda que liminar, que, na data de assinatura deste CONTRATO, afete



**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

a CONCESSIONÁRIA, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas;

- (vii) que é titular das CONTAS DA CONCESSÃO e que estas, na presente data, estão livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, gravames, encargos ou restrições de qualquer natureza;
- (viii) as CONTAS DA CONCESSÃO não são, na data de assinatura deste CONTRATO, objeto de qualquer ação judicial, extrajudicial ou administrativa que possa, direta ou indiretamente, comprometer sua liquidez e/ou os termos do presente CONTRATO; e
- (ix) não há, na data de assinatura deste CONTRATO, qualquer motivo que permita a qualquer terceiro realizar quaisquer descontos que impeçam a realização dos depósitos previstos neste CONTRATO.

1.49. O BANCO DEPOSITÁRIO declara e garante que:

- (i) as CONTAS DA CONCESSÃO foram devidamente abertas de acordo com as normas específicas, estando apta para a realização das movimentações previstas no presente CONTRATO e nos demais DOCUMENTOS DA CONCESSÃO.
- (ii) é instituição financeira devidamente constituída e autorizada a funcionar de acordo com as leis e regulamentos atualmente em vigor na República Federativa do Brasil;
- (iii) tem capacidade para firmar este CONTRATO e praticar os atos nele contemplados, tendo todas as autorizações regulatórias para prática dos atos previstos neste CONTRATO;
- (iv) foram obtidas todas as autorizações e foram tomadas todas as medidas e procedimentos para que o presente CONTRATO fosse validamente assinado;
- (v) a celebração deste CONTRATO e a assunção das obrigações dele decorrentes estão de

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

acordo com seus atos constitutivos e tem plena eficácia; e

- (vi) as pessoas que assinam este CONTRATO em seu nome têm poderes para assumir as obrigações nele estabelecidas.

**9. DO BANCO DEPOSITÁRIO**

- 1.50. Por meio deste CONTRATO, o BANCO DEPOSITÁRIO é nomeado para prestar os serviços de custódia de recursos financeiros depositados nas CONTAS DA CONCESSÃO, sendo o único e exclusivo responsável pela movimentação dos recursos mantidos nas CONTAS DA CONCESSÃO, em estrita obediência ao disposto neste CONTRATO.
- 1.51. O BANCO DEPOSITÁRIO poderá renunciar livremente ao exercício de suas funções, mediante simples notificação ao PODER CONCEDENTE, à CONCESSIONÁRIA e, caso o TERMO DE ADESÃO seja celebrado, ao AGENTE, a ser entregue com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de sua efetiva exoneração, permanecendo investido de todas as atribuições inerentes à custódia dos recursos financeiros depositados na CONTAS DA CONCESSÃO, até a sua efetiva substituição.
- 1.52. Caso o BANCO DEPOSITÁRIO renuncie ao exercício de suas funções antes do término de vigência deste CONTRATO, caberá à CONCESSIONÁRIA, com consentimento do PODER CONCEDENTE, no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação de renúncia, contratar outra instituição financeira, permanecendo o BANCO DEPOSITÁRIO no exercício de suas atribuições até o encerramento do prazo mencionado na Cláusula acima ou a sua efetiva substituição, o que ocorrer primeiro.
- 1.53. A efetiva substituição mencionada na Cláusula acima ocorrerá mediante assinatura de termo aditivo pelo qual o BANCO DEPOSITÁRIO cederá sua posição contratual, ficando a nova instituição financeira investida em todos os direitos, poderes, privilégios e deveres do BANCO DEPOSITÁRIO no âmbito do presente CONTRATO.

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

1.54. Em 24 (vinte e quatro) horas após a assinatura do aditivo contratual de que trata a Cláusula 9.4, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá resgatar a totalidade dos valores investidos a qualquer título e transferir qualquer saldo existente para a respectiva CONTA DA CONCESSÃO de onde os valores se originaram, observadas as regras de movimentação previstas na Cláusula 3.

1.55. Sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas deste CONTRATO, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá:

- (i) caso o TERMO DE ADESÃO seja celebrado, permitir ao AGENTE, independentemente de anuência ou consulta prévia da CONCESSIONÁRIA, o livre acesso à consulta da CONTAS DA CONCESSÃO, para cumprimento do disposto neste CONTRATO;
- (ii) atender, independentemente de anuência ou consulta prévia da CONCESSIONÁRIA, todas as ordens do PODER CONCEDENTE que estiverem amparadas pelos DOCUMENTOS DA CONCESSÃO e, caso o TERMO DE ADESÃO seja celebrado, do AGENTE, relacionadas ao cumprimento do presente CONTRATO;
- (iii) zelar pelo fiel desempenho das obrigações previstas neste CONTRATO e observar, em sua execução, as disposições deste CONTRATO; e
- (iv) permanecer no exercício de suas funções em caso de sua substituição, até a celebração de respectivo aditamento ao presente CONTRATO.

## **10. VIGÊNCIA**

1.56. Este CONTRATO entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até a DATA DE ENCERRAMENTO.

1.57. As PARTES concordam que, não obstante o disposto na Cláusula 10.1, enquanto o BANCO DEPOSITÁRIO não for devidamente notificado sobre a DATA DE ENCERRAMENTO, a

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

remuneração prevista neste CONTRATO continuará sendo cobrada.

- 1.58. Após a DATA DE ENCERRAMENTO, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá transferir qualquer saldo remanescente que ainda exista nas CONTAS DA CONCESSÃO, observados os termos deste CONTRATO.
- 1.59. Caso, após o procedimento previsto na Cláusula acima, exista saldo na CONTA CENTRALIZADORA SERVIÇO LINHA 7 E TIM, o saldo será transferido para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO a ser indicada pelo PODER CONCEDENTE.
- 1.60. Uma vez que os saldos das CONTAS DA CONCESSÃO estejam zerados, estas serão automaticamente encerradas, ficando o BANCO DEPOSITÁRIO desde já autorizado a tomar todas as providências necessárias para tanto.
- 1.61. As PARTES concordam que o BANCO DEPOSITÁRIO tem o prazo de até 4 (quatro) dias úteis para iniciar a operacionalização deste CONTRATO, contado da data em que o BANCO DEPOSITÁRIO receber a sua via assinada deste CONTRATO e desde que não seja verificada qualquer pendência na documentação encaminhada.
- 1.62. A vigência deste CONTRATO está vinculada à vigência do CONTRATO DE CONCESSÃO.

**11. PENALIDADES**

- 1.63. A CONCESSIONÁRIA concorda que, caso deixe de cumprir qualquer disposição do presente CONTRATO na forma e/ou no prazo aqui estabelecido, estará sujeita ao pagamento das perdas e/ou danos eventualmente incorridos pelas demais PARTES.
- 1.64. Adicionalmente, no caso de descumprimento de obrigações de depósito ou transferência de valores, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita ao pagamento de multa não compensatória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, ambos devidos ao PODER CONCEDENTE e calculados sobre o valor que deixou de ser depositado ou

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

transferido às CONTAS DA CONCESSÃO, conforme venha a ser apurado.

1.65. As PARTES concordam que as penalidades previstas nesta Cláusula poderão ser exigidas independentemente e sem prejuízo das demais penalidades previstas nos demais DOCUMENTOS DA CONCESSÃO.

1.66. A exigência de qualquer penalidade prevista nesta Cláusula não impede a PARTE prejudicada de exigir o cumprimento da obrigação descumprida ou isenta a CONCESSIONÁRIA do cumprimento de tal obrigação.

**12. DISPOSIÇÕES GERAIS**

1.67. As PARTES concordam de forma irrevogável e irretratável que:

- (i) este CONTRATO expressamente dispõe sobre todas as atribuições do BANCO DEPOSITÁRIO com relação a todas e quaisquer questões pertinentes a este CONTRATO;
- (ii) o BANCO DEPOSITÁRIO terá o direito de confiar em laudo arbitral, ordem, sentença judicial ou outro tipo de instrumento escrito que lhe for entregue, conforme previsto neste CONTRATO, sem que fique obrigado a verificar a autenticidade ou a exatidão dos fatos neles declarados ou sua adequação;
- (iii) o BANCO DEPOSITÁRIO não será responsável perante quaisquer das PARTES em virtude do cumprimento dos referidos mandados, sentenças ou decisões judiciais, não obstante estes mandados, sentenças ou decisões judiciais sejam posteriormente alterados, revogados ou anulados;
- (iv) o BANCO DEPOSITÁRIO não presta qualquer declaração quanto à validade, valor ou autenticidade de qualquer documento ou instrumento detido por ou a ele entregue;
- (v) a CONCESSIONÁRIA pagará ou reembolsará o BANCO DEPOSITÁRIO, mediante

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

solicitação, quaisquer tributos incidentes ou que venham a incidir sobre a operacionalização deste CONTRATO, bem como indenizará e isentará o BANCO DEPOSITÁRIO de quaisquer valores que este seja obrigado a pagar no tocante a referidos tributos, desde que devidamente comprovados;

- (vi) o BANCO DEPOSITÁRIO não será responsável caso, por força de decisão judicial, tome ou deixe de tomar qualquer medida que de outro modo seria exigível;
- (vii) o BANCO DEPOSITÁRIO não está obrigado a verificar a veracidade das notificações que lhe forem entregues pelas demais PARTES e não será, de nenhuma forma, responsabilizado por eventuais fatos danosos delas decorrentes;
- (viii) o BANCO DEPOSITÁRIO cumprirá todas as disposições constantes das notificações e documentos recepcionados, desde que estejam de acordo com as determinações deste CONTRATO;
- (ix) o BANCO DEPOSITÁRIO não será responsável se os valores depositados nas CONTAS DA CONCESSÃO forem bloqueados por ordem judicial; e
- (x) o BANCO DEPOSITÁRIO não terá responsabilidade em relação a qualquer outro instrumento celebrado entre a CONCESSIONÁRIA, o ESTADO DE SÃO PAULO, os FINANCIADORES e o AGENTE, não devendo, sob nenhum pretexto ou fundamento, ser chamado a atuar como árbitro com relação a qualquer controvérsia surgida entre as PARTES ou intérprete das condições ali estabelecidas;
- (xi) o BANCO DEPOSITÁRIO não será responsável, salvo por dolo devidamente comprovado, por quaisquer prejuízos, obrigações, reivindicações, ações, danos e despesas, inclusive honorários advocatícios e desembolsos razoáveis, oriundos de ou relacionados a este CONTRATO;
- (xii) o BANCO DEPOSITÁRIO é ora autorizado a obedecer e a cumprir todas as medidas, mandados, sentenças ou decisões expedidas por autoridade judicial que afetem as

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

CONTAS DA CONCESSÃO; e

- (xiii) as disposições relacionadas à remuneração devida ao BANCO DEPOSITÁRIO, em função dos serviços prestados nos termos deste CONTRATO, deverão ser estabelecidas e cumpridas de acordo com instrumento privado a ser celebrado entre a CONCESSIONÁRIA e o BANCO DEPOSITÁRIO, não gerando qualquer responsabilidade para o PODER CONCEDENTE.
- 1.68. O presente CONTRATO obriga as PARTES e seus sucessores.
- 1.69. Para possibilitar o exercício dos direitos decorrentes do presente CONTRATO, o AGENTE (i) enquanto o ACORDO TRIPARTITE não for celebrado, poderá celebrar o TERMO DE ADESÃO a qualquer momento, enquanto o presente CONTRATO estiver vigente; ou (ii) caso o ACORDO TRIPARTITE seja celebrado, deverá assinar o TERMO DE ADESÃO na data de celebração do ACORDO TRIPARTITE.
- 1.70. Após a assinatura do TERMO DE ADESÃO, as PARTES concordam que o AGENTE será considerado como parte do presente CONTRATO, passando, para todos os fins, a integrar as definições "PARTE" e "PARTES".
- 1.71. Fica desde já acordado que, após a assinatura do TERMO DE ADESÃO, as PARTES e o AGENTE poderão celebrar aditamento ao presente CONTRATO, com o objetivo de adequar os termos do CONTRATO às normas, políticas e aprovações internas dos FINANCIADORES. As PARTES concordam que o referido aditamento não poderá implicar prejuízo aos direitos, às garantias e às faculdades outorgadas ao PODER CONCEDENTE por meio dos DOCUMENTOS DA CONCESSÃO.
- 1.72. As disposições do CONTRATO DE CONCESSÃO complementam o presente CONTRATO para efeito de interpretação e perfeito entendimento dos negócios aqui tratados.
- 1.73. Sem prejuízo da indenização devida em caso de inadimplemento de qualquer cláusula

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

do presente CONTRATO, a PARTE prejudicada poderá exigir da PARTE inadimplente, se cabível, a execução específica da obrigação devida.

- 1.74. Qualquer alteração ao presente CONTRATO só será considerada válida, exigível e eficaz se feita por escrito e assinada por todas as PARTES ou seus sucessores.
- 1.75. Os direitos de cada PARTE previstos neste CONTRATO (i) são cumulativos com outros direitos previstos em lei e nos demais DOCUMENTOS DA CONCESSÃO; e (ii) só admitem renúncia específica e por escrito.
- 1.76. O não exercício, total ou parcial, de qualquer direito decorrente do presente CONTRATO não implicará novação da obrigação ou renúncia ao respectivo direito por seu titular.
- 1.77. A eventual invalidade e/ou ineficácia de uma ou mais cláusulas não afetará as demais disposições do presente CONTRATO.
- 1.78. Se qualquer disposição deste CONTRATO for considerada inválida e/ou ineficaz, as PARTES deverão emendar seus melhores esforços para substituí-la por outra de conteúdo similar e com os mesmos efeitos.
- 1.79. As comunicações a serem enviadas por quaisquer das PARTES nos termos deste CONTRATO deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:
- i. Se para o PODER CONCEDENTE: [?]
  - ii. Se para a CONCESSIONÁRIA: [?]
  - iii. Se para o BANCO DEPOSITÁRIO: [?]
- 1.80. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, nos endereços acima.



PROCESSO STM Nº  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021  
PPP – TIC Eixo Norte

- 1.81. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias após o envio da mensagem.
- 1.82. A mudança de quaisquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais PARTES pela PARTE que tiver seu endereço alterado, em até 3 (três) dias contados da sua ocorrência.
- 1.83. Fica vedada a cessão dos direitos e transferência das obrigações decorrentes deste CONTRATO sem anuência das demais PARTES, ressalvada as hipóteses (i) de o BANCO DEPOSITÁRIO ceder total ou parcialmente seus direitos à empresa pertencente ao seu conglomerado econômico e desde que os cessionários estejam autorizados pelos órgãos reguladores a exercer as atividades decorrentes deste CONTRATO; e (ii) disposta no ACORDO TRIPARTITE ou no CONTRATO DE CONCESSÃO.
- 1.84. O recolhimento dos tributos incidentes sobre esta contratação será realizado pela PARTE definida como contribuinte pela legislação tributária, na forma nela estabelecida.
- 1.85. Este CONTRATO será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.
- 1.86. As PARTES elegem o foro da Comarca de [?], Estado de [?], para dirimir quaisquer questões oriundas deste CONTRATO.

As PARTES firmam o presente CONTRATO em [?] ([?]) vias de igual teor e conteúdo, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

[local], [?] de [?] de [?]

[Página de assinaturas a seguir]

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Contrato de Administração de Contas,  
celebrado em [•] de [•] de [•])

ESTADO DE SÃO PAULO, representado pela Secretaria de Transportes Metropolitanos

Por:

Nome:

Cargo:

[CONCESSIONÁRIA]

Por:

Nome:

Cargo:

[BANCO DEPOSITÁRIO]

Por:

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

1.

2.

Nome:

Nome:

RG nº: RG nº:

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

CPF nº:

CPF nº:

MINUTA

PROCESSO STM Nº  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021  
PPP – TIC Eixo Norte

ANEXO I

MODELO DE TERMO DE ADESÃO

TERMO DE ADESÃO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO  
DE CONTAS

Pelo presente Termo de Adesão ao Instrumento Particular de Contrato de Administração de Contas ("TERMO DE ADESÃO"), as PARTES:

- (1) [?], na qualidade de AGENTE dos FINANCIADORES ("AGENTE"), investido de mandato com poderes bastantes e irrevogáveis para a representação dos FINANCIADORES, conforme os CONTRATOS DE FINANCIAMENTO;
- (2) O ESTADO DE SÃO PAULO, neste ato representado pela Secretaria de Transportes Metropolitanos ("ESTADO DE SÃO PAULO");
- (3) [?] ("CONCESSIONÁRIA");

e, na qualidade de BANCO DEPOSITÁRIO e administrador das CONTAS DA CONCESSÃO, objeto do presente CONTRATO,

- (4) [?] ("BANCO DEPOSITÁRIO" e, em conjunto com o AGENTE, o ESTADO DE SÃO PAULO e a CONCESSIONÁRIA, as "PARTES" e, individual e indistintamente, "PARTE");

CONSIDERANDO QUE:

- (A) o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA celebraram o Contrato nº [?], com data de [?] (o "CONTRATO DE CONCESSÃO"), referente à prestação do serviço público de transporte de passageiros, sobre trilhos, no TIC EIXO NORTE, conforme o CONTRATO DE CONCESSÃO (o "PROJETO");

PROCESSO STM Nº  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021  
PPP – TIC Eixo Norte

(B) em [2] de [2] de [2], o ESTADO DE SÃO PAULO, a CONCESSIONÁRIA e o BANCO DEPOSITÁRIO celebraram o Instrumento Particular de Contrato de Administração de Contas ("CONTRATO"), com o objetivo de regular as movimentações das CONTAS DA CONCESSÃO;

(C) os FINANCIADORES celebram com a CONCESSIONÁRIA os seguintes instrumentos de dívida, os quais representam, na presente data, a totalidade das dívidas tomadas pela CONCESSIONÁRIA para o financiamento do PROJETO: (i) [nome], [data de celebração], [valor], [Credor], [vencimento]; e (ii) [nome], [data de celebração], [valor], [Credor], [vencimento] (em conjunto "CONTRATOS DE FINANCIAMENTO");

(D) os FINANCIADORES nomearam o AGENTE, nos termos dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO e respectivas garantias, para representar a coletividade dos FINANCIADORES;

(E) com fundamento no CONTRATO DE CONCESSÃO, o AGENTE, o ESTADO DE SÃO PAULO e a CONCESSIONÁRIA celebraram em [2] de [2] de [2] o ACORDO TRIPARTITE; e

(F) com o objetivo de possibilitar ao AGENTE exercer os direitos e obrigações previstos no ACORDO TRIPARTITE, as PARTES decidem assinar o presente TERMO DE ADESÃO;

RESOLVEM as PARTES firmar o presente TERMO DE ADESÃO, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo.

## 1. DEFINIÇÕES

1.1. Para os fins deste TERMO DE ADESÃO, salvo quando houver disposição em contrário, os termos iniciados ou gravados em letras maiúsculas deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com o CONTRATO e com o CONTRATO DE CONCESSÃO.

## 2. ADESÃO DO AGENTE

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

2.1. O AGENTE neste ato adere integralmente aos termos e condições do CONTRATO, como se fosse signatário original do referido instrumento, comprometendo-se a, de forma irrevogável e irretratável, observar todos os termos, condições, direitos, pretensões, ações e obrigações decorrentes do CONTRATO, assumindo todas as responsabilidades, ônus e obrigações dele decorrentes.

2.2. As demais PARTES se obrigam a tratar o AGENTE como se fosse signatário original do CONTRATO, garantindo-lhe o pleno e irrestrito exercício de todos os direitos e prerrogativas atribuídos no CONTRATO.

**3. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE**

3.1. O AGENTE declara e garante que:

- (i) é sociedade devidamente constituída de acordo com as leis e regulamentos atualmente em vigor na República Federativa do Brasil;
- (ii) tem capacidade para firmar este TERMO DE ADESÃO e praticar os atos contemplados nele e no CONTRATO;
- (iii) foram obtidas todas as autorizações e foram tomadas todas as medidas e procedimentos para que o presente TERMO DE ADESÃO fosse validamente assinado;
- (iv) a celebração deste TERMO DE ADESÃO e a assunção das obrigações decorrentes dele e do CONTRATO estão de acordo com seus atos constitutivos e tem plena eficácia; e
- (v) as pessoas que assinam este TERMO DE ADESÃO em seu nome têm poderes para assumir as obrigações nele estabelecidas.

**4. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**PROCESSO STM Nº**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021**  
**PPP – TIC Eixo Norte**

- 4.1. Ficam ratificadas todas as cláusulas do CONTRATO.
- 4.2. As comunicações a serem enviadas por quaisquer das PARTES para o AGENTE nos termos do CONTRATO deverão ser encaminhadas para o seguinte endereço: [?].
- 4.3. As PARTES concordam que o presente TERMO DE ADESÃO poderá ser alterado ou complementado conforme as informações aqui contidas se tornem desatualizadas ou incorretas.

Estando assim certas e ajustadas, as PARTES, firmam este TERMO DE ADESÃO em [?] vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

[local], [?] de [?] de [?]

[Assinaturas]